

“¿Qué ciencia política para qué democracia?”, Asociación Uruguaya de Ciencia Política, 7-10 de octubre de 2014)

**PARTIDOS ANFIBÍOS? ANÁLISE DO FINANCIAMENTO DAS CAMPANHAS ELEITORAIS, MAJORITÁRIAS E PROPORCIONAIS, DAS CAPITALS BRASILEIRAS EM 2012.**

Bruno da Silva Conceição<sup>1</sup>  
Camila de Vasconcelos<sup>2</sup>

**RESUMO**

Este artigo analisa o financiamento de campanhas das eleições municipais brasileiras dos prefeitos e vereadores eleitos nas capitais estaduais em 2012. Neste sentido, pergunta-se em que medida o sistema de financiamento atual das campanhas conduz para uma dependência dos candidatos aos recursos privados? Ou, qual a contribuição dos partidos políticos para o financiamento eleitoral dos seus candidatos? Haveria uma dependência dos candidatos aos recursos privados? Desta forma, pretende-se encontrar a existência de uma modalidade de financiamento das campanhas eleitorais diferenciada para alcançar o sucesso, dos prefeitos na disputa majoritária quando comparado ao dos parlamentares na disputa proporcional. Ou seja, no Brasil o financiamento partidário não é relevante para o sucesso eleitoral dos candidatos na disputa proporcional, enquanto que na eleição majoritária ocorre o inverso. Os dados serão extraídos da prestação de contas dos políticos fornecidas ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) nas eleições de 2012.

**Palavras-Chave:** Financiamento de campanhas; partidos; eleições.

---

<sup>1</sup> Doutorando do departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).  
Email: brunopolitica@gmail.com

<sup>2</sup> Doutoranda do departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).  
Email: camilavas89@gmail.com

## INTRODUÇÃO

A análise sobre o financiamento de campanha partidário tem sido alvo de crescentes pesquisas nos últimos anos devido às constantes veiculações na mídia de corrupção envolvendo políticos (RUBIO, 2005; ZOVATTO, 2005; SAMUELS, 2006; MARENCO, 2010; LEMOS, 2010; SILVA, 2011). Atualmente, o país está na espera de reformas no sistema político que visem recuperar a credibilidade e a imagem da classe política frente à opinião pública e o eleitorado.

Além disso, o financiamento partidário tem sido um importante indicador para determinar a tipologia dos partidos políticos na medida em que a forma de captação de recursos descreve muito da organização partidária. Tendo isso em vista, aplicamos um conceito utilizado por Ribeiro (2008) para dar conta da característica dos partidos nacionais quanto ao seu modelo de financiamento de campanha: partidos anfíbios<sup>3</sup>, ou seja, significando os partidos possuem ora um “pé” nos recursos privados, ora um “pé” nos recursos estatais.

Nosso questionamento é saber se o sistema de financiamento das campanhas conduz a uma dependência dos candidatos aos recursos privados? A hipótese central é que temos um financiamento dissociado da intervenção partidária para o sucesso eleitoral dos candidatos na disputa proporcional, enquanto na eleição majoritária ocorre o inverso, sendo o financiamento estatal preponderante para o sucesso dos candidatos. Desta forma, acreditamos poder testar empiricamente o conceito de partido anfíbio para o caso brasileiro.

Essa problemática acima requisita uma especificação do nosso objeto de estudo. Será a análise do financiamento de campanhas das eleições municipais, por meio das doações recebidas pelos vereadores eleitos para as Câmaras Legislativas Municipais e dos prefeitos eleitos para as Prefeituras, das capitais estaduais em 2012.

Nossa abordagem começará com uma breve discussão das principais tipologias partidárias correntes na literatura que visa compreender qual a pertinência do aparato conceitual estrangeiro na sua aplicação em casos distantes do continente europeu. Propomos a criação de conceitos nativos que possam se enquadrar nas características do financiamento de campanhas latino-americano. Após, discutiremos a lei de financiamento partidário, e depois analisamos os resultados das prestações de contas das campanhas políticas. Finalmente, faremos essa análise por meio dos dados disponíveis do Tribunal Superior Eleitoral brasileiro (TSE) sobre as eleições das capitais estaduais em 2012.

---

<sup>3</sup> O modelo de partido anfíbio é emprestado já que foi originariamente desenvolvido por Thomas Poguntke (2001).

## **A tipologia sobre partidos políticos**

A classificação teórica dos partidos políticos contemporâneos segue um contínuo temporal, desenvolvido por vários autores no decorrer dos anos, onde quatro tipologias se destacam para a compreensão da formação dos partidos modernos: o partido de quadros; o partido integrador de massa; o partido *catch-all*; e o partido cartel (MARTÍNEZ, 2009).

O partido de quadros constitui-ia-se dos ditos “notáveis”, membros ilustres da aristocracia, que formavam uma espécie de simbiose com a sociedade que possuía direitos políticos na época, pois os cidadãos com *status* equivaliam à classe política (DUVERGER, 1970). A conquista de assentos no Parlamento era a meta central dessa agremiação ancorada, por conseguinte, na qualidade do adepto que estava participando sendo este selecionado entre as famílias mais abastadas. Quanto ao financiamento interno do partido, ele era concentrado de maneira exclusiva nessas pessoas ilustres que mantinham a sustentação da legenda, sem espaço para as camadas menos abastadas opinarem na política interna. A extensão do sufrágio universal na Europa cobrou um preço alto dessa formação partidária, despreparada que estava para absorver a nova massa de votantes.

Já o partido integrador de massas abrangeu o novo contingente de eleitores incluído no processo de seleção de governantes através de sua estrutura centralizada em seções locais, sem, no entanto, privar-se de uma cúpula burocrática. A luta eleitoral tem uma finalidade diminuída em detrimento da educação do membro partidário, do seu compromisso ideológico com a legenda e com o pagamento regular para a manutenção do partido (DUVERGER, 1970). Sua função primordial é ser o intermediador das demandas da sociedade civil para o Estado, um canal de expressão dos novos grupos sociais que adentravam na vida política.

Seymour Lipset (1967) argumenta que essas novas agremiações enfrentam como primeiro desafio, na sua instauração, resolver as crises que acometem um sistema partidário em consolidação. A necessidade de adquirir confiança popular requer superar, primeiramente, a crise de legitimação, ou seja, da passagem de um regime autoritário para um democrático; após isso, enfrentar a crise de integração que corresponde à inclusão desses novos atores políticos oriundos da extensão do sufrágio universal; e por fim, confrontar a crise de participação, onde os partidos precisam ser os canais de expressão de tolerância entre os competidores e respeito aos procedimentos democráticos de seleção de governantes (SCHUMPETER, 1961).

Segundo Otto Kirchheimer (1966), no século XX nem todos os partidos de integração de massa tiveram êxito na inclusão dos cidadãos na vida política. De maneira concomitante,

nem todos os partidos de quadros tornaram-se partidos de massa, continuando a ser partidos de interesses particularistas dos seus dirigentes. Cada vez mais, ocorreu a diluição do viés ideológico na relação entre representantes e representados. Essa transformação dos partidos acontece conectada à desvinculação da elite política da sociedade civil. Isso traz consigo a tão propalada “crise dos partidos” que reside na perda do vínculo entre essas duas entidades. O controle da estrutura partidária fica a cargo dos parlamentares que estão tão somente preocupados com a arena eleitoral. (KATZ y MAIR, 2004). O financiamento partidário de campanhas é um indicador útil para essa finalidade, pois capta bem esse distanciamento, entre classe política e sociedade civil, ao ver reduzida a presença econômica dos militantes na vida interna da legenda. Em contrapartida, percebe o crescimento da iniciativa privada no aporte econômico aos políticos.

O modelo partidário que assume destaque nessa conjuntura é o *catch-all-partie*. Otto Kirchheimer (1966) classifica-o como uma sigla que busca maximizar apoio dos diferentes grupos que compõe a sociedade, por meio de um discurso heterogêneo, para abarcar a maior gama de eleitores. “Os partidos *catch-all* na Europa apareceram num tempo de desideologização, o qual contribuiu substancialmente para sua emergência e proliferação” (KIRCHHEIMER, 2012, p.366). Assim, passa-se a uma profissionalização dos membros, no intuito de chegar ao governo, e uma abertura financeira para grupos da iniciativa privada. Nesse cenário, as contribuições individuais dos militantes perdem terreno.

Situando essa conjuntura ao cenário brasileiro, um exemplo dessa mudança de financiamento é o Partido dos Trabalhadores (PT), com fortes ligações com entidades da sociedade civil em sua gênese, que estaria sofrendo essa coerção para uma perspectiva mais pragmática. O estudo de Pedro Ribeiro (2008) sobre o PT, abrangendo desde sua formação na década de 80 até 2005, desvenda a alteração do financiamento interno do partido marcado historicamente por contribuições constantes dos seus filiados. Apesar da manutenção da contribuição obrigatória dos seus filiados, ela passou a se tornar secundária em razão do aumento substancial de verbas do fundo partidário, causando uma dependência maior dos recursos estatais e privados como meio de autopreservação na arena eleitoral (RIBEIRO, 2008).

Essa constatação pode aproximar os partidos brasileiros do último paradigma partidário a ser descrito: o partido cartel. Este seria, então, a etapa final da evolução dos partidos pela relação interconectada dos partidos com o Estado (KATZ y MAIR, 2004). Sua estrutura baseia-se na união dos principais partidos que teriam em suas mãos o acesso às benesses estatais, entre elas, a visibilidade midiática, recursos financeiros, legitimidade perante a

sociedade civil, distribuição de cargos e prebendas, etc. que serviriam para barrar a ascensão de novos participantes. A dependência dos recursos do Estado nessa conjuntura é total.

Una de las principales estrategias que pueden adoptarse es la de la provisión y regulación de las subvenciones estatales a los partidos políticos, que si bien varía según los países, a menudo ha pasado a constituir uno de los mayores recursos materiales y financieros con que cuentan los partidos para llevar a cabo sus actividades tanto en el ámbito parlamentario como en el social. (KATZ y MAIR, 2004, p. 24).

Todavía, essa ênfase no encontro de uma tipologia que de conta do sistema partidário brasileiro enfrenta o obstáculo de tipologias partidárias coexistirem de maneira concomitante no mesmo local. Nisso, temos um impasse de classificação, pois o modelo de financiamento partidário em ano eleitoral, vistos nos dados dessa pesquisa, assemelha-se ora aos *catch-all parties*, que tem seus recursos provenientes de grupos de interesse para os vereadores eleitos, ora ao partido cartel, com os prefeitos eleitos com uma dependência aos recursos estatais repassados pelos seus partidos.

Qual seria, então, a nomenclatura a utilizar para esse caso? O partido seria ora *catch-all*, ora cartel? Como resolver esse impasse? No momento, os instrumentos para uma pesquisa de teste de cartelização do sistema partidário, na hipótese de uma combinação entre os grandes partidos para o bloqueio de novos participantes, ainda carece de um referencial metodológico para ser testado.

A maleabilidade nas definições acerca do financiamento acarreta confusão no momento de classificar uma sigla dentro de uma tipologia. Estamos preocupados com a transposição de conceitos, ditos universais, largamente utilizados na literatura acadêmica, para casos inaplicáveis pela complexidade da trajetória dos partidos brasileiros e latino-americanos, em comparação com o sistema partidário europeu ou norte-americano. Questionamos a falta de novos conceitos que deem conta da heterogeneidade dos partidos na América Latina<sup>4</sup>.

Uma definição dos partidos brasileiros aproximada quanto a sua captação de recursos necessita unir duas esferas de financiamento: privado e estatal. Utilizando a classificação de Pedro Ribeiro (2008) de partido anfíbio<sup>5</sup>, ou seja, que corresponde ao partido político possuir uma maleabilidade de captação de recursos ora com um “pé” nas verbas da iniciativa privada,

---

<sup>4</sup> Torcuato Di Tella diferencia alguns partidos sulamericanos como partidos “Del Pueblo”, partidos onde o povo está engajado e com grande parcela da massa dirigindo o partido. DI TELLA, T. (1983). Partidos del pueblo en América Latina. Revisión teórica y reseña de tendencias recientes. *Desarrollo Económico*, vol. 22, nº 88, janeiro, p.451-483.

<sup>5</sup> Pedro Ribeiro (2008) é o primeiro a utilizar essa definição ressaltando, no caso do PT, a dependência crescente das verbas estatais sem, contudo, abdicar das fontes de dinheiro oriunda das empresas privadas.

e outro “pé” nas fontes do Estado. Pretendemos usar esse conceito de partido anfíbio para comparar os recursos recebidos por prefeitos e vereadores eleitos em 2012. Nossa hipótese é que temos um financiamento distinto para candidatos na disputa proporcional do que ocorre na disputa majoritária.

Embora pareça uma imagem mais adequada sobre as siglas brasileira, ela ainda é insuficiente em preencher todas as lacunas dentro do sistema partidário brasileiro. No entanto, pode refutar algumas tipologias clássicas amplamente utilizadas na literatura em Ciência Política.

### **O Financiamento de campanhas no Brasil**

O marco da estruturação organizacional dos partidos brasileiros inicia-se no começo do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. A situação partidária transforma-se radicalmente com a Lei dos Partidos Políticos de setembro de 1995 (Lei nº 9.096) que regulamentou a atividade partidária frente à antiga Lei Orgânica dos Partidos de julho de 1971. A nova lei alterou o rumo de financiamento das legendas ao expandir os recursos destinados aos partidos.

A nova legislação trouxe duas mudanças fundamentais. Em primeiro lugar, concedeu autonomia organizativa aos partidos, abolindo o detalhado arcabouço de normas da LOPP. Por outro lado, trouxe um aumento substancial dos recursos públicos repassados aos partidos, acompanhado por um reforço igualmente relevante dos mecanismos de controle estatal sobre a vida financeira das legendas e de seus candidatos. (RIBEIRO, 2008, p.78).

O item dentro dessa nova lei que merece maior destaque, sem dúvida, é o aporte substancial de verbas, comparado ao regimento anterior sobre as legendas, distribuído entre os partidos nacionais. “O montante de recursos repassados pelo Estado aos partidos aumentou quase vinte vezes, em valores corrigidos, entre 1995 e 1996”. (RIBEIRO, 2008, p.80). Esse estágio financeiro de relações, entre Estado e partidos, começa através da estabilização monetária gerada pelo Plano Real de 1993.

Assim, com os novos ventos da estabilidade econômica causado pelo controle da inflação, os partidos estavam começando a competirem pelo poder aos moldes midiáticos e expressivos das campanhas eleitorais norte-americanas. Sendo o custo da campanha nos Estados Unidos da América maior que no Brasil, é interessante notar o tamanho das despesas partidárias no país. Segundo dados de David Samuels (2006), que comparou os gastos de

Fernando Henrique Cardoso em 1994 e 1998, com os de Bill Clinton em 1996, ele concluiu que FHC gastou cerca de US\$ 40 milhões nas duas campanhas, mesmo com a disponibilidade de horário eleitoral gratuito na televisão, enquanto Clinton, pagando por espaço televisivo, gastou um montante de US\$ 43 milhões.

Essas somas de dispêndio de dinheiro são referentes aos dados oficiais obtidos pela prestação de contas das campanhas de Fernando Henrique Cardoso já que, sabidamente, os partidos brasileiros costumam utilizar-se do expediente do caixa 2<sup>6</sup> nas suas campanhas eleitorais. Essa situação de procura dos candidatos por financiamento privado para a campanha contrasta com o aumento das verbas estatais disponibilizadas às legendas nos últimos anos (RIBEIRO, 2008).

### **Dados do financiamento de campanhas em 2012**

A amostra selecionada corresponde aos recursos obtidos pelos prefeitos e vereadores eleitos, e também não-eleitos, das 26 capitais estaduais brasileiras<sup>7</sup>, exceto o Distrito Federal, nas eleições municipais de 2012. Os recursos transferidos aos candidatos, descritos na prestação de contas de campanha no Tribunal Superior Eleitoral, foram transformados em duas categorias: partidário e privado.

As contribuições correspondentes de verba partidária são àquelas descritas como sendo doação direta do Comitê partidário ou de outros candidatos da legenda. Enquanto o financiamento privado seria àquele relacionados à doação de pessoas físicas, de doações de internet, de pessoas jurídicas e de recurso do próprio candidato. Foram excluídos da análise recursos de rendimento de contas correntes ou poupanças dos candidatos, além daqueles denominados de origem desconhecida, por apresentarem valores irrisórios.

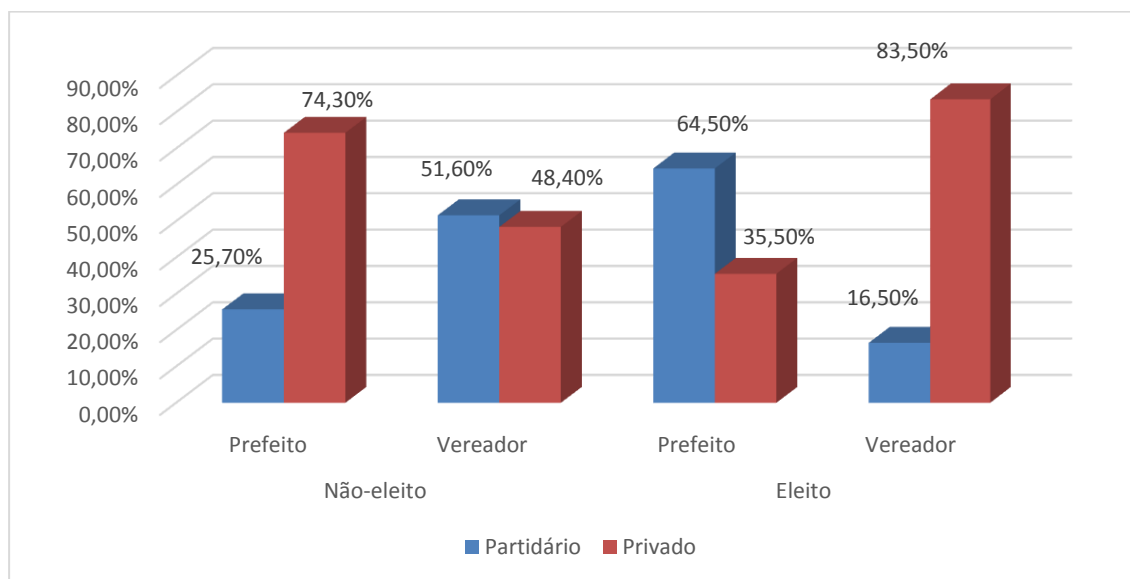
Começamos com o gráfico 1, que trata da captação de recursos dos candidatos em nível nacional. Nesse caminho, os dados apontam para a validade da nossa hipótese de apoio diferenciado nas disputas proporcionais e majoritárias em 2012.

---

<sup>6</sup> O caixa 2 corresponde ao uso de recursos ilegais, não contabilizados na prestação de contas do partido, para uso na campanha.

<sup>7</sup> As capitais por região: Região Sul: (Porto Alegre – RS; Florianópolis – SC; Curitiba – PR); Região Sudeste: (São Paulo – SP; Belo Horizonte – MG; Vitória – ES; Rio de Janeiro – RJ); Região Centro-Oeste: (Goiânia – GO; Cuiabá – MT; Campo Grande – MS); Região Nordeste: (Maceió – AL; Salvador – BA; Fortaleza – CE; São Luiz – MA; João Pessoa – PB; Recife – PE; Teresina – PI; Natal – RN; Aracaju – SE); Região Norte: (Rio Branco – AC; Macapá – AP; Manaus – AM; Belém – PA; Porto Velho – RO; Boa Vista – RR; Palmas – TO).

### Gráfico 1 – Análise do tipo de financiamento por candidatura e obtenção de sucesso eleitoral – Brasil



Fonte: Banco de dados do TSE (Eleições, 2012).

Ao contrário do que procede para o Legislativo, a verba de campanha dos prefeitos eleitos em 2012 são provenientes mais de recursos partidários do que de recursos da iniciativa privada. Isso pode ocorrer por causa dos recursos do fundo partidário<sup>8</sup> ser empregado, prioritariamente, nas disputas ao Executivo. Aos grandes partidos, a chegada ao poder Executivo interessa de sobremaneira pela capacidade de ocupar cargos e distribuí-los entre aliados para angariar dividendos futuros. Assim, as lideranças partidárias destinariam suas apostas de sucesso eleitoral para a disputa majoritária.

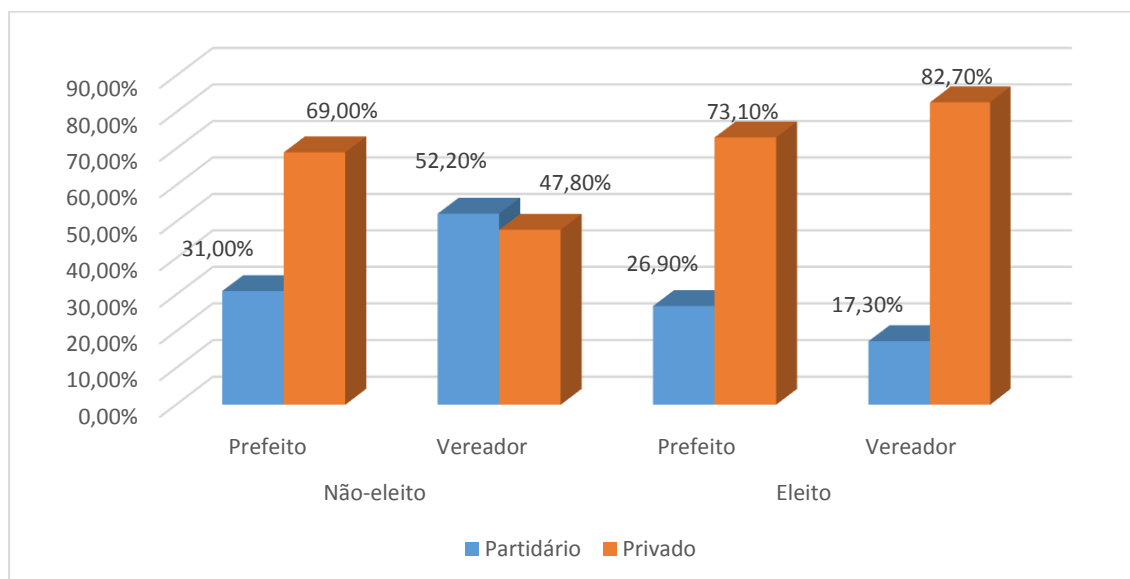
Entretanto, essa média de destinação de verbas para financiamento das campanhas para os candidatos ao Executivo está sobrevalorizada pelo gasto feito pelos comitês partidários aos candidatos à Prefeito na região sudeste. Desagregando os dados por região, visualizamos uma discrepância da região sudeste em comparação com as demais regiões brasileiras. Pelos dados obtidos, somente a região sudeste confirma nossa hipótese de pesquisa. O comportamento recorrente dos políticos nas outras regiões é de captação de recursos de campanhas tanto na disputa majoritária, quanto na disputa proporcional, oriundos da iniciativa privada.

Na sequência, apresentamos os dados desagregados por regiões para demonstrar esse ponto. Os dados da região Norte do Brasil, gráfico 2 abaixo, condiz com a visão geral da sociedade de que a iniciativa privada influencia a vida política.

<sup>8</sup> Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos brasileiros, sancionado por lei, que reverte aos partidos uma cota de recursos particulares, feito por doações, ou recursos públicos da União proporcionalmente aos resultados eleitorais da última eleição.



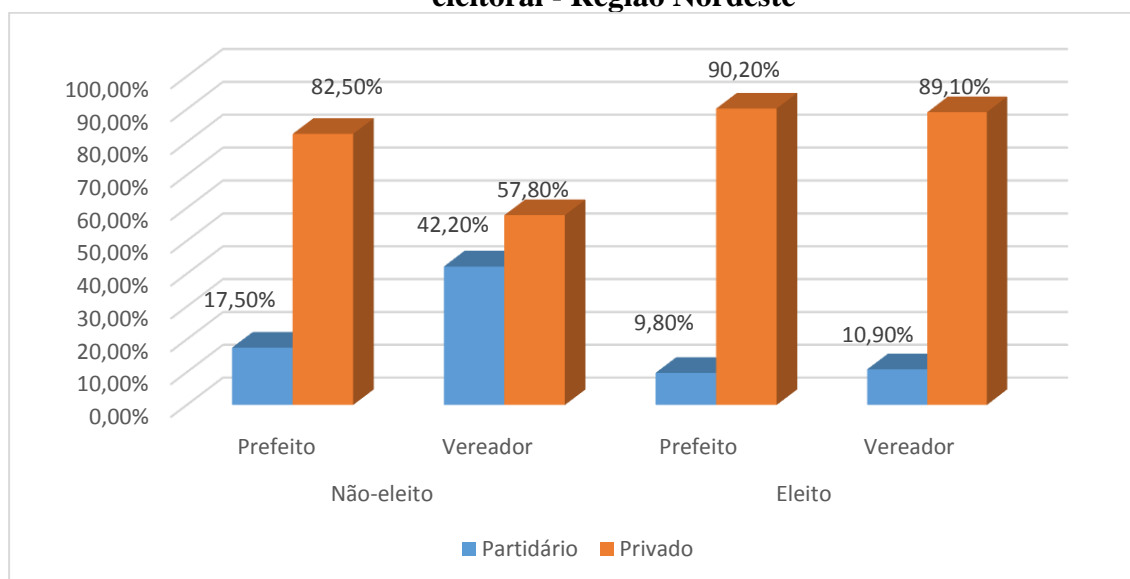
**Gráfico 2 – Análise do tipo de financiamento por candidatura e obtenção de sucesso eleitoral - Região Norte**



Fonte: Banco de dados do TSE (Eleições, 2012).

Em comum entre as três primeiras regiões analisadas, Norte, Nordeste e Centro-Oeste, estão que elas apresentam os mais altos índices de recursos captados junto à iniciativa privada tanto na disputa de Prefeito quanto na disputa para Vereador. Conforme os gráficos a seguir, percebemos um aporte financeiro da iniciativa privada em média de 80% para aqueles candidatos que tiveram êxito de ocupar um posto nas eleições de 2012.

**Gráfico 3 – Análise do tipo de financiamento por candidatura e obtenção de sucesso eleitoral - Região Nordeste**

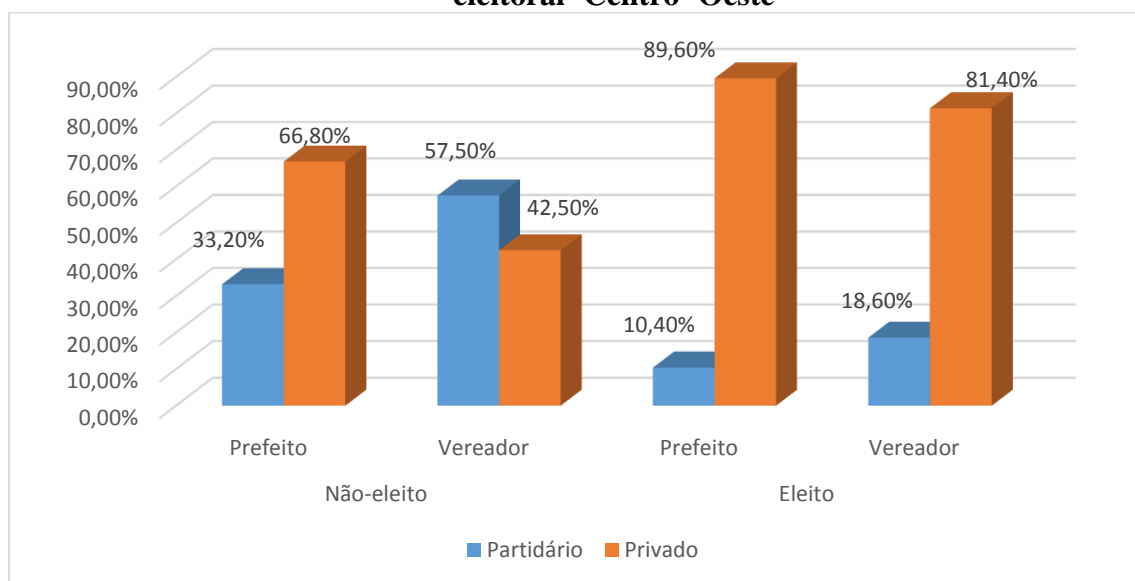


Fonte: Banco de dados do TSE (Eleições, 2012).

No gráfico 4, vemos que a região Centro-Oeste possui um percentual similar de captação de recursos privado aos das regiões precedentes. Essa constatação marca a importância da estratégia de buscar contatos de empresas para obter êxito na eleição. Há fortes traços da personalização da vida política, independente do controle partidário das vagas, tanto no Parlamento, quanto nos cargos majoritários. “A carreira dos políticos brasileiros depende em grande medida do que acontece no nível local” (MAINWARING, 2001, pg.309). Esta expressão define os incentivos pessoais na perspectiva de angariar poder político.

Reeleger-se requisita realizar todos os esforços possíveis para sua concretização. O excesso de personalismo traz prejuízos à democracia ao propiciar aspectos autoritários na sociedade amparados na figura, por vezes populistas, dos postulantes ao Executivo ou ao Legislativo (MAINWARING e TORCAL, 2005).

**Gráfico 4 – Análise do tipo de financiamento por candidatura e obtenção de sucesso eleitoral -Centro- Oeste**

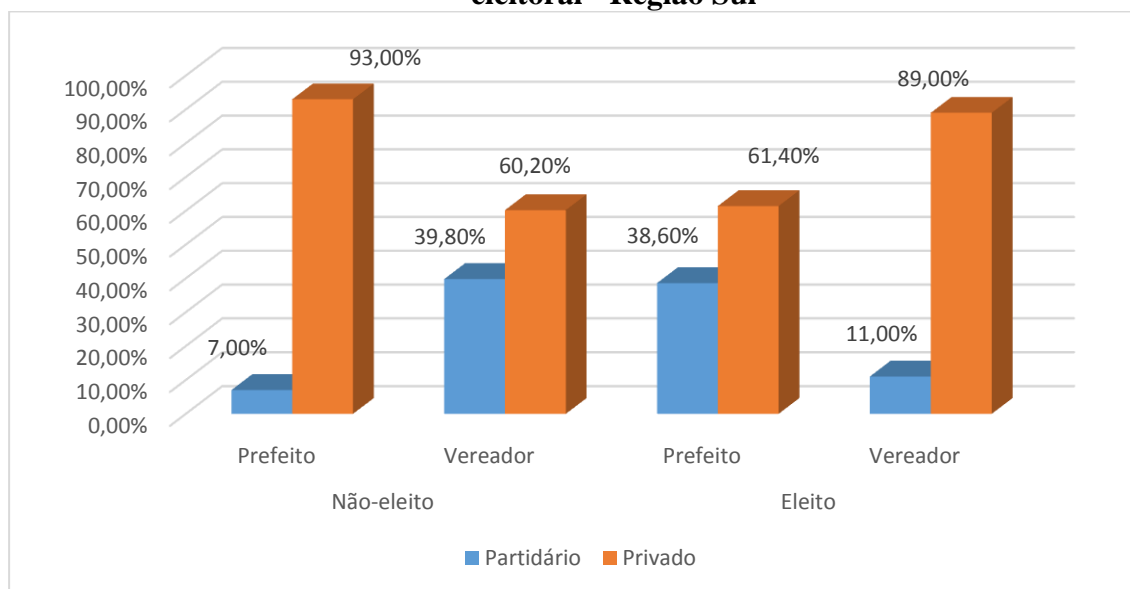


Fonte: Banco de dados do TSE (Eleições, 2012).

Existem traços perceptíveis de individualização na política nacional, conforme aborda Camille Goirand (2006) em seu estudo sobre os motivos da ineficácia e da inexistência do discurso de se apresentar como *outsider* no sistema político brasileiro. Sua definição sobre o conceito de *outsider* é incompatível com os tipos de políticos nativos produzidos pelos caciques eleitorais, cuja trajetória passa pela benção partidária. A tentativa de diferenciação de qualquer político dos demais esbarra nas regras eleitorais que incentivam candidaturas desgarradas da presença das siglas para todos.

Nesse caminho, os dados apontam para a refutação da hipótese de que existe diferença no apoio financeiro para o sucesso eleitoral de candidatos nos dois âmbitos em disputa: Executivo e Legislativo. Assim, a tipologia analisada de partido anfíbio no cenário nacional não se sustenta. O gráfico 5, da região Sul, reforça essa perspectiva.

**Gráfico 5 – Análise do tipo de financiamento por candidatura e obtenção de sucesso eleitoral - Região Sul**



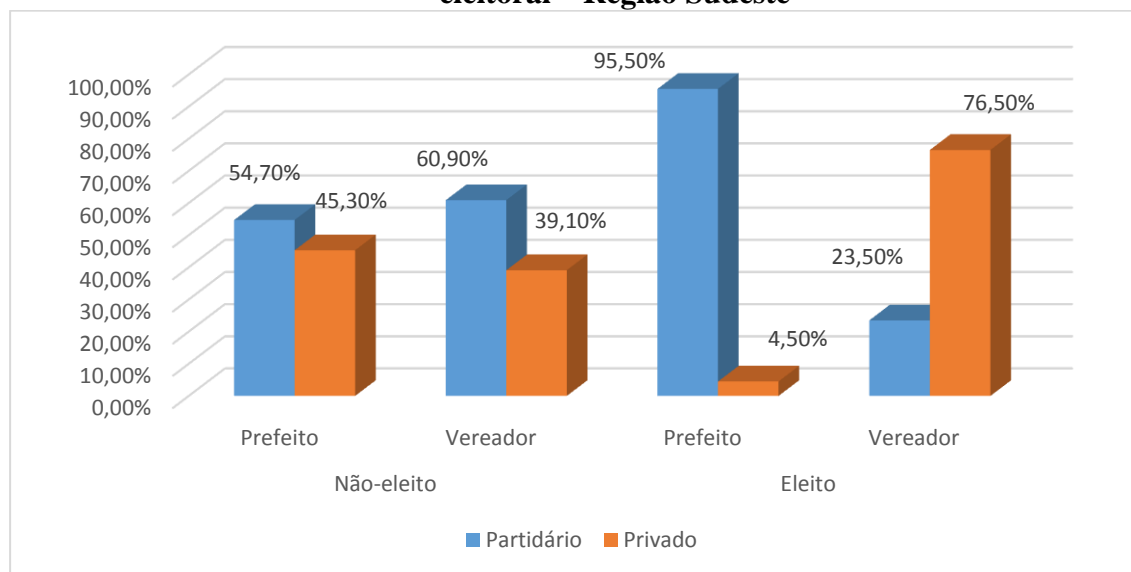
Fonte: Banco de dados do TSE (Eleições, 2012).

Outro ponto que favorece o personalismo é a disputa interna entre os candidatos buscando supremacia nas decisões da sua sigla. Beatriz Heredia (2006) comenta que nas eleições municipais as rivalidades entre candidatos, do mesmo partido, são fatores de conflito pela retirada de votos, de um candidato para outro, constante em certo nicho eleitoral. Desse modo o personalismo, que na ótica de Mainwaring e Torcal (2005) deve ser combatido, estaria instalado nas entranhas da democracia brasileira. Embora o personalismo não acarrete, necessariamente, em corrupção, ele pode misturar interesse privado com interesse público quando administra recursos econômicos. A democracia alicerçada nos partidos é mais segura no sentido de assegurar que as regras do jogo não sejam alteradas pelas vontades pessoais.

Esse debate, acima exposto, dos motivos que promovem uma personalização da vida política acarreta na ausência partidária como financiadora do sucesso eleitoral, e de outro lado, denota a forte presença da iniciativa privada para alavancar uma campanha política. Isso pode induzir os candidatos a obterem meios escusos de financiamento para atingir o fim principal do político, ou seja, a eleição (DOWNS, 1999; MAINWARING, 2001).

O caso excepcional que segue uma direção ao encontro da nossa hipótese de pesquisa está nos dados da região Sudeste para suas campanhas ao Executivo e Legislativo. Aqui percebemos uma mudança significativa do aporte de verbas para os candidatos vencedores na disputa majoritária. Esse desvio na rota de captação contrabalanceou a balança que pendia a recursos privados como fator de sucesso eleitoral para o cargo de prefeito em 2012.

**Gráfico 6 – Análise do tipo de financiamento por candidatura e obtenção de sucesso eleitoral – Região Sudeste**



Fonte: Banco de dados do TSE (Eleições, 2012).

A singularidade da região Sudeste propiciou que no quadro geral das eleições nas capitais estaduais tivéssemos a impressão de que os partidos se configuravam como partidos anfíbios, ou seja, mesclando verbas da iniciativa privada com recursos partidários com diferença entre destinação desses recursos nas duas instancias de disputa. Esse desvio na rota de financiamento visto na região Sudeste necessita de uma verificação diacrônica da história política local para termos mais certeza de que é um fenômeno restrito das capitais economicamente mais importantes do país.

Para todas as capitais pesquisadas utilizamos como controle da nossa hipótese a análise comparada dos vereadores perdedores para medir se o partido ajudaria os candidatos “errados”. Verifica-se que nestes casos o apoio dos partidos se opera bem mais. Isso ocorre porque os vereadores não eleitos possuem menos apoio da iniciativa privada, contando para sua campanha apenas de recursos provenientes dos fundos partidários e/ou repassados por outros comitês e candidatos. Esses dados são apresentados ao final. Em resumo, observamos até agora uma correspondência do hiato que separa candidatos e legenda na campanha eleitoral.

## Conclusão

A questão vista no financiamento de campanhas denota a fragilidade dos políticos frente à iniciativa privada para viabilizar sua campanha. Os dados das prestações de contas corroboram a visão de ausência partidária na campanha para o sucesso eleitoral dos políticos nas eleições de 2012, exceto o caso da região Sudeste para as disputas ao Executivo onde circulou muita verba partidária. Assim, nossa hipótese de que o financiamento partidário caracterizar-se-ia por um modelo híbrido entre financiamento partidário e privado, acarretando em partidos anfíbios conectados de um lado pelo Estado e de outro pela iniciativa privada, não se comprovou.

Isso traz a tona o debate sobre a necessidade de uma Reforma Política. Inexiste uma unanimidade em torno dessa questão, devido às inúmeras incertezas sobre os efeitos de alguns itens propostos, por exemplo, o financiamento público de campanhas ou a lista fechada nas eleições proporcionais, na alteração da dinâmica do jogo político. Quem seria mais beneficiado, partidos ou políticos? No momento, há pouca vontade do Legislativo de alterar o *status quo* dominante, pois mudanças acabariam repercutindo negativamente em regras do jogo que, atualmente, garantem continuidade para alguns parlamentares.

O financiamento público de campanhas carrega consigo dificuldades para resolver certos impasses: de onde sairiam os valores para custear as campanhas? Ou melhor, quem seriam os financiadores? Como seria feita a distribuição e o controle dessas verbas? E ainda fica a dúvida se essas alterações trariam autonomia aos partidos e, teoricamente, eliminariam a influência dos grupos de pressão, maiores doadores das candidaturas no país, na vida política. Os conglomerados privados afastar-se-iam dos contratos com governos por onde circulam quantia significativa de dinheiro?

O fortalecimento dos partidos no imaginário coletivo, em longo prazo, aumentaria os vínculos dos cidadãos com as legendas possibilitando que as contribuições alterassem de empresas para indivíduos. Assim, teríamos um teto de quanto pode ser doado, similar ao modelo norte-americano. David Samuels (2006) coloca que a proximidade atual entre doador e candidato é pautada numa relação de interesse privado do financiador com o destinatário de seu investimento. Partidos autônomos da interferência privada poderiam despertar o interesse do público com os programas partidários, acerca das discussões relevantes para o país, da ideologia de seu partido preferencial, ao invés dos possíveis ganhos pessoais advindos da sua contribuição. Contudo, vale mais uma vez ressaltar, o financiamento público por si só não elimina a corrupção e o caixa dois.

## Referências

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

DOWNS, Anthony. **Uma Teoria Econômica da Democracia**. São Paulo: Edusp, 1999.

DUVERGER, Maurice. **Os Partidos Políticos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

GOIRAND, Camille. L'outsider, figure introuvable? Partis et individualisation de la politique au Brésil. In: **Problèmes D'Amérique Latine**. Numéro 59, Paris, Hiver 2005-2006.

HEREDIA, Beatriz M. Alasia de. Lutas entre iguais: as disputas no interior de uma facção política. IN: PALMEIRA, Moacyr; BARREIRA Cesar (Orgs). **Política no Brasil: Visões de antropólogos**. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2006.

KATZ, R.S; MAIR, P. El partido cartel: La transformación de los modelos de partidos y de la democracia de partidos. In: **Zona Abierta**, nº108/109, p.9-39, 2004.

KIRCHHEIMER, Otto. A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº7, Brasília, pgs. 349-385, 2012.

KIRCHHEIMER, Otto. The transformation of the Western European party systems. In: LaPALOMBARA, Joseph & WEINER, Myron (orgs.). **Political parties and political development**. New Jersey: Princeton University Press, p.177-200, 1966.

LEMOS, Leany; MARCELINO, Daniel; PEDERIVA, João. Porque dinheiro importa: a dinâmica das contribuições eleitorais para o Congresso Nacional em 2002 e 2006. **Opinião Publica**, Campinas, v. 16, n. 2, Nov. 2010. Disponível em: <  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762010000200004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762010000200004&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 29 de agosto de 2013.  
<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762010000200004>.

LIPSET, Seymour Martin. **O Homem Político**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967.

MAINWARING, Scott. **Sistemas Partidários em novas democracias – o caso do Brasil**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001.

\_\_\_\_\_ ; TORCAL, Mariano. Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização. IN: **Opinião Pública**. Campinas, Vol. XI, nº2, Outubro, 2005.

MARENCO, André. Quando leis não produzem os resultados esperados: Financiamento eleitoral em perspectiva comparada. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, vol.53, nº4, 2010, pp. 821 a 853.

MARTÍNEZ, Víctor. Partidos políticos: un ejercicio de clasificación teórica. In: **Perfiles Latinoamericanos**. Nº33, enero-junio, p.39-63, 2009.

NICOLAU, Jairo. O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil. In: NICOLAU, Jairo e POWER, Timothy (orgs). **Instituições representativas no Brasil: balanço e reforma**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007, PP. 97 – 122.

RIBEIRO, Pedro José Floriano. **Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005**. Tese de Doutorado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

RUBIO, Delia. Financiamento de partidos e campanhas: fundos públicos versus fundos privados. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 73, Nov. 2005. Disponível em: <  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002005000300001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002005000300001&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 29 de agosto de 2013.  
<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002005000300001>.

SAMUELS, David. Financiamento de campanha no Brasil e propostas de reforma. In: SOARES, Glaucio; RENNÓ, Lucio. **Reforma política: Lições da história recente**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

SILVA, Luiz. Financiamento de campanhas eleitorais no RS: Análise das eleições para deputado federal, senador, e governador em 2002, 2006 e 2010. **LUME UFRGS**. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011. Acessível em: < <http://hdl.handle.net/10183/35071>>.

ZOVATTO, Daniel. Financiamento dos partidos e campanhas eleitorais na América Latina: uma análise comparada. **Opinião Pública** Campinas, v. 11, n. 2, Oct. 2005. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762005000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762005000200002&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 29 de agosto de 2013.  
<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762005000200002>.

**Anexo – Tabela 1**

UF	Situação	Cargo	Partidário	Privado	Total
AC	Não-eleito	Prefeito	43,50%	56,50%	100,00%
		Vereador	68,00%	32,00%	100,00%
	Eleito	Prefeito	40,00%	60,00%	100,00%
		Vereador	32,00%	68,00%	100,00%
AL	Não-eleito	Prefeito	56,90%	43,10%	100,00%
		Vereador	24,40%	75,60%	100,00%
	Eleito	Prefeito	70,60%	29,40%	100,00%
		Vereador	10,40%	89,60%	100,00%
AM	Não-eleito	Prefeito	29,70%	70,30%	100,00%
		Vereador	34,90%	65,10%	100,00%
	Eleito	Prefeito	10,90%	89,10%	100,00%
		Vereador	10,90%	89,10%	100,00%
AP	Não-eleito	Prefeito	82,10%	17,90%	100,00%
		Vereador	43,50%	56,50%	100,00%
	Eleito	Prefeito	3,00%	97,00%	100,00%
		Vereador	13,50%	86,50%	100,00%
BA	Não-eleito	Prefeito	35,80%	64,20%	100,00%
		Vereador	58,70%	41,30%	100,00%
	Eleito	Prefeito	29,10%	70,90%	100,00%
		Vereador	17,50%	82,50%	100,00%
CE	Não-eleito	Prefeito	6,80%	93,20%	100,00%
		Vereador	18,90%	81,10%	100,00%
	Eleito	Prefeito	6,30%	93,70%	100,00%
		Vereador	3,40%	96,60%	100,00%



ES	Não-eleito	Prefeito	19,90%	80,10%	100,00%
		Vereador	49,40%	50,60%	100,00%
	Eleito	Prefeito	28,10%	71,90%	100,00%
		Vereador	18,30%	81,70%	100,00%
GO	Não-eleito	Prefeito	66,60%	33,40%	100,00%
		Vereador	58,20%	41,80%	100,00%
	Eleito	Prefeito	15,00%	85,00%	100,00%
		Vereador	18,50%	81,50%	100,00%
MA	Não-eleito	Prefeito	16,10%	83,90%	100,00%
		Vereador	23,70%	76,30%	100,00%
	Eleito	Prefeito	33,10%	66,90%	100,00%
		Vereador	2,70%	97,30%	100,00%
MG	Não-eleito	Prefeito	35,00%	65,00%	100,00%
		Vereador	62,10%	37,90%	100,00%
	Eleito	Prefeito	19,60%	80,40%	100,00%
		Vereador	14,70%	85,30%	100,00%
MS	Não-eleito	Prefeito	33,00%	67,00%	100,00%
		Vereador	71,90%	28,10%	100,00%
	Eleito	Prefeito	34,30%	65,70%	100,00%
		Vereador	30,10%	69,90%	100,00%
MT	Não-eleito	Prefeito	5,30%	94,70%	100,00%
		Vereador	42,20%	57,80%	100,00%
	Eleito	Prefeito	4,70%	95,30%	100,00%
		Vereador	11,20%	88,80%	100,00%
PA	Não-eleito	Prefeito	15,00%	85,00%	100,00%
		Vereador	50,20%	49,80%	100,00%
	Eleito	Prefeito	96,60%	3,40%	100,00%
		Vereador	14,80%	85,20%	100,00%
PB	Não-eleito	Prefeito	27,70%	72,30%	100,00%
		Vereador	45,10%	54,90%	100,00%
	Eleito	Prefeito	0,90%	99,10%	100,00%
		Vereador	15,40%	84,60%	100,00%
PE	Não-eleito	Prefeito	59,30%	40,70%	100,00%
		Vereador	54,40%	45,60%	100,00%
	Eleito	Prefeito	26,80%	73,20%	100,00%
		Vereador	21,90%	78,10%	100,00%
PI	Não-eleito	Prefeito	4,00%	96,00%	100,00%
		Vereador	27,00%	73,00%	100,00%
	Eleito	Prefeito	3,60%	96,40%	100,00%
		Vereador	3,90%	96,10%	100,00%
PR	Não-eleito	Prefeito	5,70%	94,30%	100,00%
		Vereador	43,70%	56,30%	100,00%
	Eleito	Prefeito	9,40%	90,60%	100,00%
		Vereador	14,40%	85,60%	100,00%
RJ	Não-eleito	Prefeito	8,60%	91,40%	100,00%

		Vereador	69,00%	31,00%	100,00%
	Eleito	Prefeito	99,70%	0,30%	100,00%
		Vereador	43,10%	56,90%	100,00%
RN	Não-eleito	Prefeito	42,70%	57,30%	100,00%
		Vereador	36,30%	63,70%	100,00%
	Eleito	Prefeito	3,40%	96,60%	100,00%
		Vereador	13,10%	86,90%	100,00%
RO	Não-eleito	Prefeito	23,10%	76,90%	100,00%
		Vereador	52,40%	47,60%	100,00%
	Eleito	Prefeito	35,00%	65,00%	100,00%
		Vereador	10,10%	89,90%	100,00%
RR	Não-eleito	Prefeito	21,70%	78,30%	100,00%
		Vereador	68,70%	31,30%	100,00%
	Eleito	Prefeito	100,00%	0,00%	100,00%
		Vereador	27,20%	72,80%	100,00%
RS	Não-eleito	Prefeito	28,40%	71,60%	100,00%
		Vereador	36,60%	63,40%	100,00%
	Eleito	Prefeito	91,80%	8,20%	100,00%
		Vereador	9,40%	90,60%	100,00%
SC	Não-eleito	Prefeito	4,00%	96,00%	100,00%
		Vereador	39,00%	61,00%	100,00%
	Eleito	Prefeito	93,60%	6,40%	100,00%
		Vereador	10,30%	89,70%	100,00%
SE	Não-eleito	Prefeito	63,90%	36,10%	100,00%
		Vereador	69,80%	30,20%	100,00%
	Eleito	Prefeito	90,00%	10,00%	100,00%
		Vereador	26,50%	73,50%	100,00%
SP	Não-eleito	Prefeito	81,70%	18,30%	100,00%
		Vereador	54,60%	45,40%	100,00%
	Eleito	Prefeito	86,90%	13,10%	100,00%
		Vereador	22,10%	77,90%	100,00%
TO	Não-eleito	Prefeito	41,10%	58,90%	100,00%
		Vereador	62,80%	37,20%	100,00%
	Eleito	Prefeito	31,10%	68,90%	100,00%
		Vereador	35,10%	64,90%	100,00%

Fonte: Banco de dados do TSE (Eleições, 2012).